

1. CANAS DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Considerando as medidas de isolamento provocadas pelo COVID-19 e, conseqüentemente, o possível aumento de casos de Violência Doméstica, o **CAO Sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino** informa que eventuais denúncias poderão ser feitas nos seguintes canais de atendimento:

- ◆ 190 – Polícia Militar.
- ◆ 180 – Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.
- ◆ (65) 99259-0913 – Ouvidoria do Ministério Público ou pelo e-mail: ouvidoria@momt.mp.br

Além disso, em Cuiabá/MT, a Patrulha Maria da Penha prossegue atendendo as ocorrências normalmente.

A Delegacia Especializada de Defesa da Mulher também continua com seus atendimentos, na forma presencial, das 07h30 às 13h30. Caso a vítima não tenha condições de ir até a Delegacia, é possível fazer o registro da ocorrência na Delegacia Virtual e, em seguida, encaminhar as suas declarações para o e-mail da Delegacia: dmulherc-ba@pjc.mt.gov.br

A Casa de Amparo às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica continua em funcionamento, acolhendo às mulheres em situação de risco.

2. CAMPANHAS E PROJETOS



Sinal Vermelho: CNJ lança campanha de ajuda às vítimas de violência doméstica na pandemia



Mulheres em situação de violência são infelizmente uma realidade no Brasil e, em tempos de isolamento, elas enfrentam mais um problema: a dificuldade em denunciar os agressores. Diante desse cenário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) lançaram nesta quarta-feira (10/6) a campanha Sinal Vermelho para a Violência Doméstica. A iniciativa tem como foco ajudar mulheres em situação de violência a pedirem ajuda nas farmácias do país. Para saber mais, clique [aqui](#).

Confira [aqui](#) a lista com as redes de farmácia que assinaram o termo de adesão à campanha.



Coronavírus: campanha informa como denunciar violência doméstica

Com o objetivo de tornar acessível às mulheres que estão sofrendo situação de violência doméstica e familiar, os novos formatos de funcionamento das DEAMs, Delegacias de Polícia e Ministério Público, em tempos de pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) lança nesta quinta-feira, 9 de julho, campanha sobre violência doméstica contra a mulher.

A iniciativa é uma parceria no Núcleo de Gênero do órgão e do programa Escutando o Cidadão, que buscam por meio do acesso à informação garantir o direito à proteção integral preconizado pela Lei Maria da Penha. A campanha conta com o apoio da Polícia Civil do DF. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto da Universidade Federal da Bahia auxilia vítimas de violência doméstica na pandemia



A pandemia do novo coronavírus levou profissionais de diversas áreas a desempenhar suas atividades de forma diferente. Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde capacita monitores para desenvolverem um trabalho de acolhimento e acompanhamento de mulheres vítimas de violência doméstica por telefone. A iniciativa, denominada Projeto Vid@ na Covid, é realizada em parceria com a Polícia Militar do estado. Para saber mais, clique [aqui](#).

3. NOTÍCIAS

Lei torna essenciais serviços de combate à violência doméstica

O presidente Jair Bolsonaro sancionou sem vetos a lei que prevê ações de combate à violência doméstica contra mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência durante a pandemia do novo coronavírus. A Lei 14.022, de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (8). De autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS) e de outras 22 integrantes da bancada feminina no Congresso, o PL 1.291/2020, que originou a lei, foi apresentado para tentar conter o aumento de casos de violência doméstica no país. O texto foi aprovado pelos senadores no início de junho. A relatora, senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), ampliou o alcance das medidas também para pessoas com deficiência que sofram violência doméstica e familiar. Para saber mais, clique [aqui](#).

Instituída há pouco mais de um mês, Ouvidoria das Mulheres já atuou em 81 casos de violência contra a mulher

Para o ouvidor nacional do Ministério Público, conselheiro Oswaldo D'Albuquerque, “a quantidade significativa de denúncias recebidas pela Ouvidoria das Mulheres neste curto período de existência apenas reforça a importância deste canal específico disponibilizado ao atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica, salientando que todas as demandas são tratadas e encaminhadas com a prioridade necessária”. Para saber mais, clique [aqui](#).

Iniciativa do MPTO, ATMP e de empresa local amplia divulgação da Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

O serviço “Ligue 180”, que aciona a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, terá sua divulgação ampliada no Estado do Tocantins, graças a um acordo de cooperação firmado entre o Ministério Público do Tocantins (MPTO), a Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP) e a empresa La Paglia Italiana. Segundo os termos do acordo, adesivos com a divulgação do serviço Ligue 180 serão afixados nas embalagens de 20 mil produtos da doceria. Para saber mais, clique [aqui](#).

Recomendação indica registro eletrônico em casos de violência doméstica

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou recomendação aos tribunais estaduais brasileiros para que dialoguem com as secretarias de segurança pública locais e



adotem o registro eletrônico de ocorrências em crimes relacionados à violência doméstica. O canal virtual tem como objetivo aumentar o acesso das vítimas à Justiça durante a quarentena. O ato foi julgado na 21ª Sessão Virtual Extraordinária, de 8/6, e publicado no Diário de Justiça eletrônico em 19/6. Para saber mais, clique [aqui](#).

Ouvidoria das Mulheres do CNMP participa de reunião para firmar parceria para a Campanha Sinal Vermelho

A Ouvidoria das Mulheres do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) participou nesta terça-feira, 7 de julho, de reunião virtual com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para firmar parceria para a Campanha Sinal Vermelho de violência contra as mulheres. Para saber mais, clique [aqui](#).

CNMP e CNJ instituem formulário de avaliação de risco de violência doméstica

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) oficializaram a integração do formulário utilizado para identificar os riscos de violência doméstica enfrentados pela mulher que procura ajuda no Sistema de Justiça. A cerimônia de assinatura da resolução conjunta que regula o Formulário Nacional de Avaliação de Risco ocorreu na terça-feira, 3 de março, no plenário do CNJ, em Brasília-DF, com a presença do presidente do CNMP e procurador-geral da República, Augusto Aras, e do presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli. Para saber mais, clique [aqui](#).

Veja [aqui](#) a resolução conjunta e o formulário.

MP articula campanha contra violência doméstica em Nova Mutum

Sob a articulação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, proprietários de farmácias no município de Nova Mutum, distante 239 Km de Cuiabá, estão sendo convidados a aderir à campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”. Nesta sexta-feira (03), durante reunião virtual, a promotora de Justiça Ana Carolina Alves Fernandes apresentou a iniciativa aos representantes dos referidos estabelecimentos comerciais, Polícia Militar e às demais entidades que atuam nessa área. Para saber mais, clique [aqui](#).

PL propõe aumentar penas para violência doméstica durante a pandemia

Está tramitando no Senado Federal o Projeto de Lei - PL 3.374/2020, que altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) para que todas as penas relativas a crimes de violência doméstica ou familiar contra mulheres, crianças, idosos ou pessoas com deficiência sejam aumentadas em um terço caso os crimes ocorram durante períodos de calamidade pública. Para saber mais, clique [aqui](#).



Ouvidoria das Mulheres do CNMP divulga canais exclusivos de atendimento contra violência

A Ouvidoria das Mulheres está recebendo e encaminhando demandas relacionadas à violência contra a mulher por meio dos seguintes canais exclusivos de atendimento: o telefone/WhatsApp **(61) 3315-9476** e o e-mail **ouvidoriadasmulheres@cnmp.mp.br**. A iniciativa é uma realização da Ouvidoria Nacional do Ministério Público, órgão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Para saber mais, clique [aqui](#).

MPMG - Atos de violência doméstica e familiar contra a mulher poderão ser registrados pela internet

Foi regulamentada na última sexta-feira, 19 de junho, a Lei estadual nº 23.644, de 22 de maio de 2020, que permite o registro de atos de violência doméstica e familiar contra a mulher pela internet, por meio da Delegacia Virtual de Minas Gerais. Pelo mesmo canal, as mulheres também poderão solicitar as medidas protetivas de urgência previstos na Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Para saber mais, clique [aqui](#).

Podcast Entender Direito discute violência doméstica durante o isolamento social

A violência doméstica tem sido tema relevante em tempos de pandemia, principalmente pelo cenário socioeconômico atual, que tende a sublinhar conflitos. A vulnerabilidade econômica, a sobrecarga do trabalho doméstico com o trabalho remoto e o próprio confinamento podem fazer com que as tensões fiquem reforçadas no lar e levem a casos de violência contra a mulher, seja física, sexual, psicológica ou patrimonial. Para saber mais, clique [aqui](#).

MPDFT encaminha para mulheres, por WhatsApp, material de prevenção à violência doméstica

Em razão das medidas de segurança para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, mulheres que sofreram violência doméstica receberam, pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, material voltado à conscientização e à identificação de aspectos que contribuem para a ocorrência da violência doméstica. A iniciativa, realizada nesta terça-feira, dia 16 de junho, partiu da Promotoria de Justiça de Brazlândia e faz parte de uma nova edição do projeto “Tardes de Reflexão”. Para saber mais, clique [aqui](#).

Vítimas de violência doméstica poderão ser abrigadas em hotéis

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) aprovou a Redação Final do Projeto de Lei (PL) 307/2020 que dispõe sobre o abrigamento de mulheres vítimas de violência doméstica durante o período de pandemia em hotéis da rede privada. De acordo com a proposta, o encaminhamento das vítimas e de seus filhos para hotéis será feito pela



Delegacia Especializada de Defesa da Mulher. O texto deverá passar por última apreciação em Plenário antes de ser enviado ao Executivo. Para saber mais, clique [aqui](#).

MPAC e rede discutem medidas para enfrentar prescrição em casos de violência doméstica

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) participou, nesta terça-feira (26), de reunião online com autoridades do Sistema de Justiça e da segurança pública, com o objetivo de delinear medidas conjuntas que possam impedir a prescrição de inquéritos policiais e ações penais de violência doméstica e familiar contra mulheres. Para saber mais, clique [aqui](#).

Núcleo de Gênero esclarece os tipos de violência contra a mulher e orienta sobre canais de denúncias

Psicológica, moral, patrimonial, sexual e física. Esses são os tipos de violência que podem ser praticadas contra as mulheres no ambiente doméstico e familiar e que estão previstas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). O assunto e as formas de denúncia são discutidos pela promotora de Justiça de Defesa da Mulher de Campina Grande, Ismânia Pessoa, no segundo vídeo da série 'Em casa, sem violência'. Para saber mais, clique [aqui](#).

Violência doméstica: portal com ferramentas que auxiliam as vítimas é atualizado pela coordenadoria da mulher do PJBA

Ferramentas que auxiliam no combate à violência doméstica e, conseqüentemente, ao feminicídio, estão disponíveis no portal da Coordenadoria da Mulher do Poder Judiciário da Bahia (PJBA). Para acessar a página, basta entrar no site institucional da Corte baiana e clicar no botão "Mulher", localizado no menu principal azul, do lado direito, próximo a "Consulta Processual". Para saber mais, clique [aqui](#).

Clique [aqui](#) para acessar o Portal

TJGO - Sinal Vermelho: Coordenadoria trabalha para incluir mulher com deficiência física

Como uma mulher sem mãos ou braços pode participar da campanha Sinal Vermelho? Como uma mulher surda poderá ser acudida por um atendente de farmácia que não sabe usar libras? Como estas mulheres, que como todas as outras também sofrem violência doméstica, serão representadas nas campanhas deste projeto? Todos estes questionamentos foram feitos numa reunião promovida pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, com a participação da presidente da coordenadoria, desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, e representantes de entidades ligadas à mulheres com deficiência auditiva e visual. Para saber mais, clique [aqui](#).



TJMS - Proposta permitirá que vítimas peçam medidas protetivas on-line

No dia em que o Diário da União trouxe publicada a Lei nº 14.022/2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública da Covid-19, o Tribunal de Justiça, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, lança uma novidade tecnológica que auxiliará as vítimas desse tipo de crime em Mato Grosso do Sul: a implantação da possibilidade de se obter medidas protetivas on-line. Para saber mais, clique [aqui](#).

TJPR, MPPR e Defensoria Pública solicitam providências em relação ao retorno dos exames realizados pelo IML em vítimas de violência doméstica

Na quinta-feira (2/7), o Tribunal de Justiça (TJPR), o Ministério Público (MPPR) e a Defensoria Pública do Paraná (DPE-PR) solicitaram providências à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) em relação aos exames de corpo de delito realizados nas mulheres vítimas de violência doméstica. Em março, a SESP suspendeu os exames clínicos nas sedes do Instituto Médico Legal (IML) e nos hospitais para evitar a disseminação do novo coronavírus no Paraná. O IML somente estava autorizado a realizar exames em vítimas de violência sexual e em presos com indícios de lesão corporal. Para saber mais, clique [aqui](#).

Câmara aprova novas medidas de combate à violência doméstica durante pandemia

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (9) projeto que prevê novas medidas de combate à violência doméstica durante a pandemia causada pelo novo coronavírus. A proposta segue para o Senado Federal. Entre as medidas, estão menor prazo para análise de pedidos de proteção; afastamento do agressor; e ampliação de vagas em abrigos. O texto também assegura às mulheres de baixa renda em situação de violência doméstica, que estejam sob medida protetiva decretada, o direito a duas cotas do auxílio emergencial. Para saber mais, clique [aqui](#).

4. CARTILHAS





MPSP - Franca ganha cartilha sobre formas de combate à violência doméstica contra a mulher

Contando com a participação do promotor de Justiça, Claudio Escavassini, um dos idealizadores da Rede Maria da Penha de Franca, foi lançada no município a cartilha "Vire a página, mulher", inspirada em material do Ministério Público de São Paulo. Criado com uma linguagem de fácil compreensão, o documento tem o principal objetivo de disseminar informações sobre as principais formas de violência doméstica e familiar, como é ciclo dessa violência e quais são as medidas de proteção que a Lei Maria da Penha assegura para toda mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).

Confira a cartilha "Vire a página, mulher" [aqui](#).

5. BANCO DE PEÇAS

Considerando a necessidade de ampliar cada vez mais a qualidade e a variedade dos arquivos constantes em nosso Banco de Peças, o Centro de Apoio Operacional Sobre Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino solicita aos Membros e Servidores os bons préstimos de nos encaminhar minutas de peças de suas autorias, que poderão subsidiar o trabalho de todo o Ministério Público do Estado de Mato Grosso na área pertinente, abrilhantando, assim, o nosso acervo.

Os arquivos poderão ser encaminhados em formato .odt e/ou .doc, para o e-mail cao.vdomestica@mpmt.mp.br.

Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional de Estudos sobre a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino

Equipe:

Laís Glauce Antonio dos Santos – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO

Natacha de Souza Ayesh – Assistente Ministerial